

## AS VEIAS ABERTAS PELO DENDÊ: EFEITOS E IMPLICAÇÕES NO ASSENTAMENTO NAZARÉ, ACARÁ-PARÁ

Dalva Maria Foro da Costa<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-5218-4700>

Eliana Teles<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-6717-3174>

### RESUMO

O modelo de desenvolvimento que se estabeleceu no espaço rural da Amazônia brasileira, com base em empreendimentos monocultores, tem gerado profundas transformações na vida dos camponeses. O presente artigo tem por objetivo discutir, através do estudo de caso, sobre as transformações socioambientais que ocorreram a partir da implantação do megaempreendimento do cultivo da palma (*Elaeis guineenses*) no Assentamento Nazaré, que compreende terra tradicionalmente ocupada por famílias agricultoras no município de Acará, PA. Este é um estudo de cunho qualitativo, com pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, para acompanhar a situação do igarapé Ipitinga e seus afluentes, a partir da realização de entrevistas com 13 agricultores do Assentamento. Pontua-se que o dendê, cultivado em larga escala, produziu danos nos cursos d'água e transformou o cotidiano desses camponeses, bem como alterou o uso dos recursos e a relação com a terra.

Palavras-chaves: Agronegócio. Assentamento. Agricultores.

### THE WAYS OPENED BY DENDÊ: EFFECTS AND IMPLICATIONS IN THE NAZARÉ SETTLEMENT, ACARÁ - PARÁ

#### ABSTRACT

The development model that has been established in the rural space of the Brazilian Amazon, based on monoculture enterprises, has generated profound transformations in the lives of peasants. This article aims to discuss, through a case study, the socio-environmental transformations that have occurred since the implementation of the palm cultivation megaproject (*Elaeis guineenses*) in the Nazaré Settlement, which includes land traditionally occupied by farming families in the municipality of Acará, PA. This is a qualitative study, with bibliographic research and field work, to monitor the situation of the Ipitinga stream and its tributaries, based on interviews with 13 farmers from the settlement. It is pointed out that oil palm, cultivated on a large scale, has caused damage to water courses and transformed the daily lives of these peasants, as well as changed the use of resources and the relationship with the land.

Keywords: Agribusiness. Settlement. Farmers.

### LAS VENAS ABIERTAS POR EL DENDÊ: EFECTOS E IMPLICACIONES EN EL ASENTAMIENTO NAZARÉ, ACARÁ - PARÁ.

#### RESUMEN

---

<sup>1</sup> Licenciada em Educação do Campo, pesquisadora no Laboratório de Cartografia Social, Campus Abaetetuba da Universidade Federal do Pará. E-mail: [dalvacosta.edcampo@gmail.com](mailto:dalvacosta.edcampo@gmail.com).

<sup>2</sup> Geógrafa e doutora em Antropologia, professora no Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades e na Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, Coordenadora do Laboratório de Cartografia Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: [elianteles@ufpa.br](mailto:elianteles@ufpa.br).

El modelo de desarrollo que se ha establecido en el espacio rural de la Amazonia brasileña, basado en empresas de monocultivo, ha generado profundos cambios en la vida de los campesinos. Este artículo tiene como objetivo discutir, a través de un estudio de caso, las transformaciones socioambientales ocurridas desde la implantación del megaproyecto de cultivo de palma (*Elaeis guineenses*) en el Asentamiento de Nazaré, que comprende tierras tradicionalmente ocupadas por familias campesinas en el municipio de Acará, PA. Se trata de un estudio cualitativo, con investigación bibliográfica y trabajo de campo, para el seguimiento de la situación del arroyo Ipitinga y sus afluentes, basado en entrevistas con 13 agricultores del Asentamiento. Se señala que la palma aceitera, cultivada a gran escala, ha causado daños en los cursos de agua y ha transformado la vida cotidiana de estos agricultores, además de cambiar el uso de los recursos y la relación con la tierra.

Palabras claves: Agroindustria. Asentamiento. Agricultores.

## INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento que tem se estabelecido no espaço amazônico brasileiro, atualmente, tem gerado transformações que alteram não só a paisagem, como impõe radicalmente, àqueles que aí habitam, uma outra maneira de se relacionar com os recursos. A expressão que dá título a este trabalho, faz referência ao clássico de Eduardo Galeano, mas não só, é também uma alusão aos traçados geométricos tão característicos dos dendezais que se proliferam na região do nordeste paraense, principalmente no vale do Acará. Tais formas geométricas têm solapado violentamente os traçados naturais do relevo, cuja natureza proporcionou um emaranhado de meandros que cortam e recortam a terra: são os igarapés, os quais são responsáveis diretos pela existência das bacias hidrográficas que alimentam essa região, alvo da indústria de *plantation*<sup>3</sup>, no passado e no presente, mas que é também, desde tempos imemoriais, o palco da vida material e simbólica de povos tradicionais.

A expansão capitalista no campo brasileiro vem ocorrendo das mais diversas formas. Ao se analisar a vasta literatura que tem se preocupado em estudar os processos de ocupação e exploração que se deram ao longo dos séculos, deparamo-nos com um histórico de usurpação, tanto dos recursos quanto dos seres humanos. Na Amazônia, paralelamente à expansão capitalista, estabelece-se uma territorialização camponesa (Hébette, 2004), marcada por intensos conflitos e violência, ante aos interesses antagonísticos entre unidades capitalistas e unidades camponesas (Oliveira, 2001), fato que se estende por todo território brasileiro.

Nesse contexto, a região amazônica, apontada como última fronteira agrícola, vivencia, dezenas de anos a fio, os diferentes ciclos do sistema capitalista, todos voltados para assegurar os interesses corporativos e acumulação do sistema, sem considerar, no entanto, “as formas de existência

---

<sup>3</sup> Neste texto, a noção de *plantation* é entendida por meio de um de seus pilares mais marcantes, o latifúndio, representado no vale do Acará pela monocultura do dendê (*Elaeis guineenses*), com graves efeitos no mundo social vivido por povos e comunidades tradicionais, pequenos agricultores e assentados da reforma agrária (Silva, 2020). Esses aspectos serão tratados ao longo deste artigo.

que se configuram na indissociabilidade da dimensão física e social desse espaço” (Novaes, Marin, 2015, p. 173).

Parte desse contexto, o nordeste paraense, ganhou evidência em 2004, com o lançamento do programa nacional de produção sustentável do óleo de palma como parte do PNPB (Programa Nacional De Produção e Uso do Biodiesel). Lançados pelo governo federal, estes são projetos estratégicos para alavancar a produção de biocombustível e para incluir os agricultores na cadeia produtiva do dendê. (Gomes, Silva e Macedo, 2016, p. 191)

A exploração por parte do grande capital pode contar com apoio irrestrito de parcelas significativas de esferas governamentais, que atuam no sentido de favorecer as estratégias desses empreendimentos. Com a promessa de desenvolver a região e acabar com o desmatamento, por utilizar áreas degradadas, o projeto de implantação do agronegócio do dendê trouxe consigo diversas transformações que afetaram diretamente as populações residentes nestes territórios.

O Assentamento Nazaré, localizado no município Acará, na região nordeste do estado paraense, está inserido nesse contexto de desenvolvimento do agronegócio. Em suas cercanias, são observadas, cotidianamente, as transformações de que falamos, como a instalação do megaempreendimento do cultivo da palma (*Elaeis guineenses*), conhecida popularmente no Brasil como dendê.

O campo se apresenta atualmente como espaço em constante transformação e como território em disputa. Sem dúvida, o Acará se insere nesse contexto, pois, no entorno do Assentamento Nazaré, atualmente encontra-se o polo Vera Cruz, que é composto predominantemente por extensos plantios de dendê e pela fábrica de esmagamento dos frutos colhidos no plantio, a usina castanheira. Trata-se do empreendimento da empresa Biopalma da Amazônia S/A, localizada às margens do médio curso do longo rio Acará, que nesse trecho do rio recebe o nome de Miritipitanga.

Esse trecho do Miritipitanga é cortado por dezenas de igarapés, dentre os quais ganha destaque o Ipitinga, em tamanho e importância, pois ele corta dois povoados ao longo de seu trajeto. São as comunidades Nossa Senhora de Nazaré do alto e Nossa Senhora de Nazaré do baixo, ambas no Assentamento Nazaré, lócus da pesquisa.

O conjunto de transformações decorrentes da implantação do empreendimento do dendê está no centro dos debates nessas localidades desde 2009. No entanto, a historiografia focaliza situações agrárias que remetem ao período colonial, notabilizando-se “no século XIX pelo número de escravos, por quilombos formados e intrincados nas matas e ainda pelo estalido de uma revolta de cultivadores que a historiografia insere na gesta revolucionária da Cabanagem” (Marín, 2000, p. 6). São acontecimentos que não passam despercebidos aos olhos dos sujeitos que ocupam o território, os quais empiricamente apontam as dificuldades enfrentadas com a chegada do empreendimento e suas afetações diretas na vida desses camponeses.

Com esta breve introdução, apresenta-se o tema em tela, com a intenção de percorrer as veias abertas pelo dendê nas terras do médio e alto curso do rio Acará. Analisa-se seus efeitos, num diálogo com os camponeses, agentes desse território, por meio do qual se evidencia o impacto das transformações no uso da terra e nos vários aspectos que compõem sua vida como um povo tradicional. Em outras palavras, procura-se, discutir os efeitos das imposições exógenas que transformam a dinâmica local e afetam as relações desses agentes sociais com os recursos naturais disponíveis.

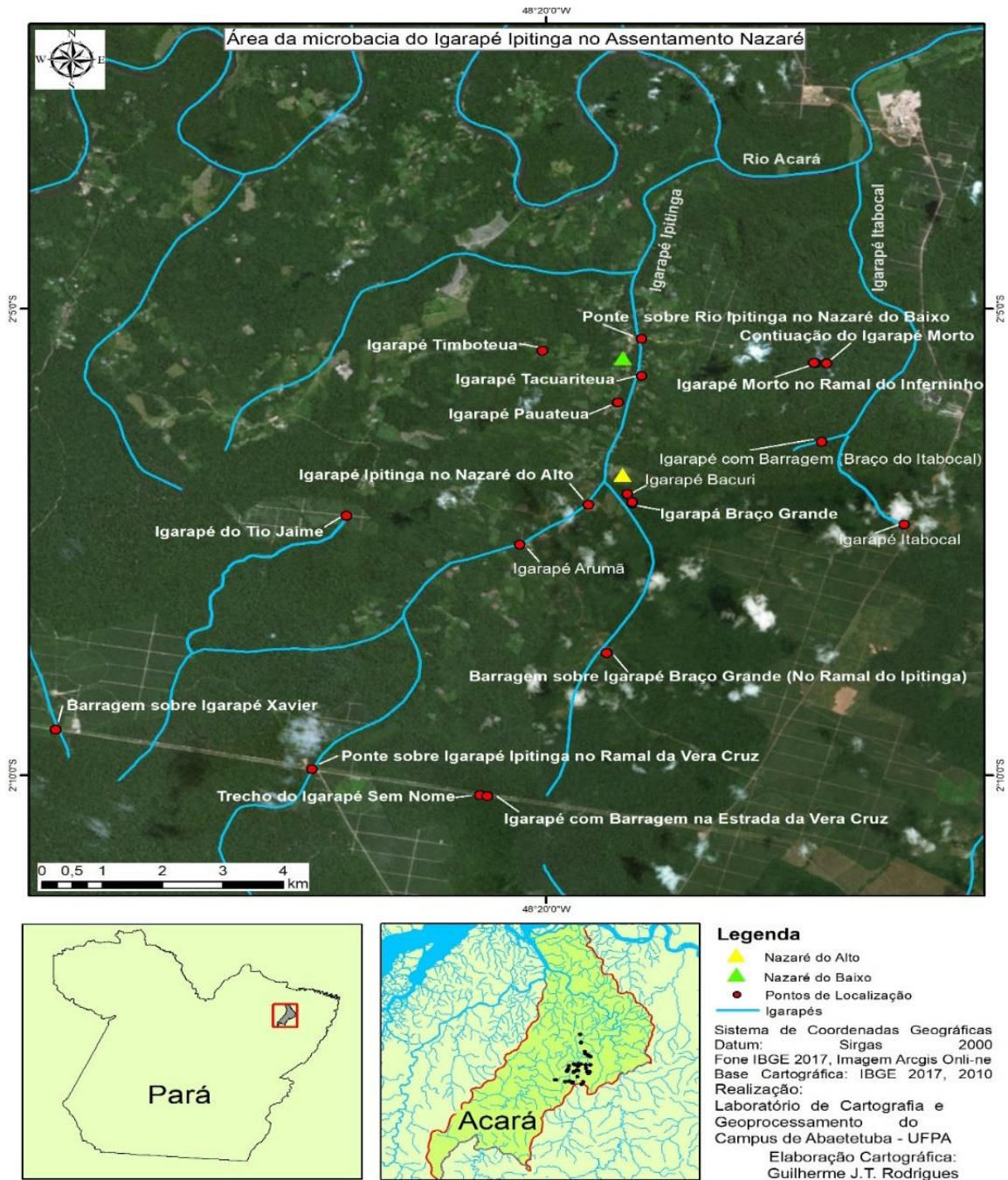
As transformações, que se dão em vários aspectos e influenciam a dinâmica existente neste local, tendo como objetivo central identificar as transformações socioambientais no PA Nazaré, a partir da implantação do dendê em suas cercanias. Investiga quais transformações a chegada da dendeicultura trouxe para o território do Projeto de Assentamento Nazaré (PA Nazaré), que corta a microbacia do Igarapé Ipitinga no município de Acará.

Para dar conta desses objetivos, o artigo se estrutura em três partes. Após esta introdução, passa-se a uma breve explicação sobre a metodologia e caracterização da área da pesquisa, destacando as principais formas de uso de recursos naturais no assentamento Nazaré, para entender a diferenciação e efeitos no uso da terra voltada a uma agricultura de base familiar em comparação ao monocultivo de dendezeiro. Seguidamente, passa-se à análise das transformações que tem se sucedido no vale do Acará com o aumento da pressão no uso da terra pelo agronegócio do dendezeiro e as tensões que daí decorrem, dando ênfase ao assentamento Nazaré e às mudanças que se operaram na unidade social, frente ao avanço do mercado de terras e novas formas de uso de recursos naturais, assim como efeitos disso nos igarapés, recurso essencial para a manutenção da vida material nessa região.

## PASSOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA

O igarapé Ipitinga é um dos diversos cursos d'água que compõe a malha hidrográfica dessa porção que corresponde à intermediária do rio Acará. A carta imagem (Figura 1) localiza a área da pesquisa, com destaque para a sub-bacia do Ipitinga e seus afluentes.

Figura 1 – Localização da área da pesquisa e da microbacia Ipitinga.



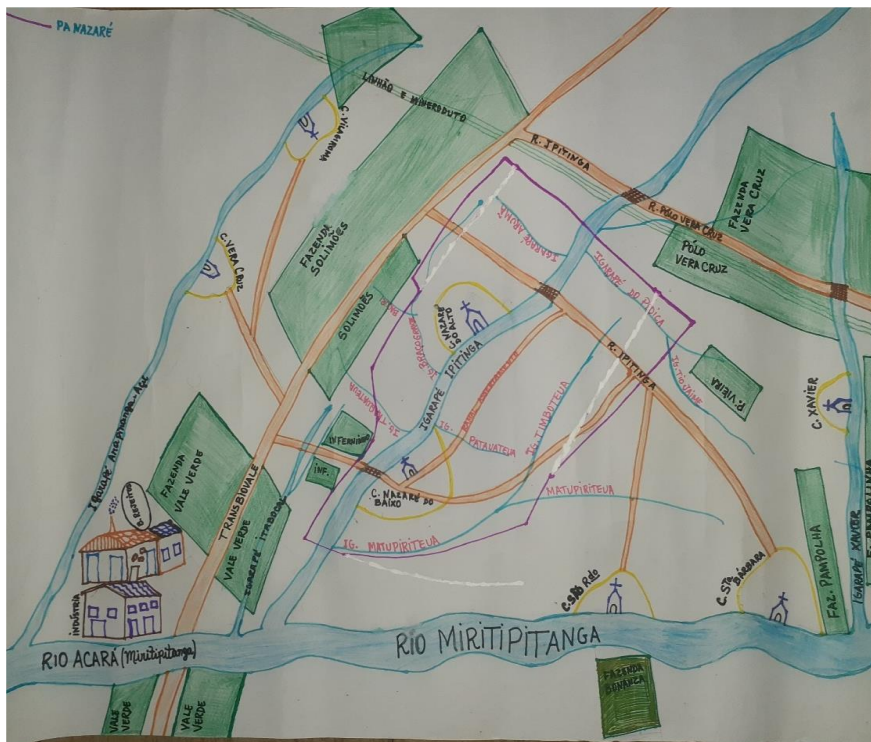
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

### Etapas do processo investigativo

A pesquisa se insere na abordagem qualitativa, com leituras no campo da ecologia política, para compreender o campo empírico. Foi utilizado o método participativo com base em estudo de caso, conforme os argumentos de Flick (2004), em que foi estabelecido contato prévio com lideranças sociais, das comunidades Nazaré do Alto e Nazaré do Baixo, ambas localizadas no Assentamento

Nazaré. Inicialmente, foi realizada uma roda de conversa<sup>4</sup> com lideranças, em seguida a aplicação de questionário e entrevistas com moradores e moradoras (13 no total), e, por fim, a realização de oficina para produzir o croqui (Figura 2).

Figura 2 – Ocupação e formas de uso da terra no entorno do PA Nazaré



As fotografias destacam o domínio das palmeiras de dendezeiro na paisagem ao redor do assentamento. Fonte: Elielson P. Silva, 2019.

**Fonte:** Croqui do Assentamento Nazaré, elaborado pelos senhores Odinaldo Paiva e Ivanel Costa, agricultores e moradores do assentamento. As formas geométricas em verde representam os dendezais das empresas que circundam o assentamento. Elaborado durante pesquisa de campo em novembro de 2019.

Para cada comunidade, foram selecionados 6 moradores auto identificados agricultores e agricultoras, que viviam naquelas terras antes da criação do assentamento, e 7 moradores filhos e filhas de agricultores. A escolha dos entrevistados e entrevistadas teve o intuito de entender as relações que estes mantinham com os principais recursos existentes no território, suas percepções acerca das transformações que ocorreram e vêm ocorrendo no igarapé Ipitinga e seus tributários, assim como os efeitos no uso desses recursos.

A técnica de mapeamento dos locais afetados pelos dendezeiros, assim como os igarapés mais importantes para os comunitários, foi realizada com aparelho de Sistema de Posicionamento Global–GPS/GLONASS (Portátil Garmin GPSMAP 64x), em abril e agosto de 2019. Em agosto a etapa foi mais extensa, pois o mapeamento envolveu toda a área do Assentamento Nazaré e suas adjacências. Como instrumentos de pesquisa, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionário

<sup>4</sup> Conforme argumentos de Moura e Lima (2014, 99), a roda de conversa, consiste em “um espaço de formação, de troca de experiências, de confraternização, de desabafo” e nesse sentido tornou-se importante instrumento de trabalho, que serviu de aproximação entre pesquisadoras e comunitários.

semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, a fim de obter as informações primárias, relacionando-as às principais transformações ocorridas no território a partir da chegada do dendê. Também foram utilizados como instrumentos: gravador de voz, aparelho celular, câmera fotográfica, caderno de campo.

### Caracterização do PA Nazaré

A área de abrangência do Assentamento Nazaré foi, no passado, uma vasta floresta na qual se instalaram famílias de agricultores e ocuparam as denominadas “terras devolutas”, às margens do igarapé Ipitinga. As duas localidades distintas, devido à influência religiosa, ficaram conhecidas como Nossa Senhora de Nazaré do Alto e Nossa Senhora de Nazaré do Baixo, dada suas localizações – uma a jusante e a outra a montante – do igarapé Ipitinga, ou comumente Nazaré do Baixo e Nazaré do Alto.

O processo de ocupação do povoado que compreende esse território, hoje denominado Assentamento Nazaré, é antigo. Segundo os entrevistados e o Livro de Ata consultado, a comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Alto tem registros que remontam ao mês outubro de 1946. Por volta dos anos 1970, e com base na organização das comunidades eclesiais de base, constituiu-se a organização social das comunidades Nossa Senhora de Nazaré do Alto e Nossa Senhora de Nazaré do Baixo, ambas situadas às margens do igarapé Ipitinga, zona rural do município de Acará.

O modo de organização dos moradores, desde o início, esteve ligado não somente à luta pela sobrevivência, mas pela garantia do território enquanto espaço dotado de importância para aqueles que nele residem e cujas relações vão além de aspectos ligados à economia. Elas estão presentes na maneira como lidam e preocupam-se com os recursos disponíveis, com destaque para o igarapé Ipitinga que sempre foi reconhecido como o recurso mais representativo para todos.

A situação dos igarapés que compõem a bacia do Ipitinga chama atenção, pois, dentre esses afluentes, foram encontrados “igarapés mortos”<sup>5</sup>, e estes, dentro da área de plantação de dendê. É importante destacar que a disputa pelo controle da terra tem sido histórica nessa região. Os fatos ocorridos na região do Alto Acará, mais precisamente na área do Assentamento Nazaré, banhado pelo igarapé Ipitinga e arredores, foram narrados durante a pesquisa, desvelando as lutas empreendidas em defesa do território.

Na década de 1970, os conflitos emergiram com a chegada de um dos atores da oligarquia agrária no Acará, o fazendeiro. Os camponeses foram subjugados e tiveram suas terras apossadas por terceiros. A resistência se manifestou na região da bacia do Ipitinga, quando os moradores se

---

<sup>5</sup> “Igarapés mortos” são, conforme a nomenclatura local, igarapés com barragens, que, assim, ficam impossibilitados de dar vazão ao seu fluxo. Com isso, a água encontra-se acumulada do lado oposto à barragem, formando pequenos lagos.

organizaram para demarcar o território por conta própria, apesar das ameaças, como relata uma entrevistada:

Quando esse fazendeiro veio pra cá, veio com pistoleiro, com todas essas coisas pra mandar tirar o pico do terreno todo, da boca do Ipitinga até ali por onde era a fazenda do Araújo. Como o meu sogro era o dono daqui, quando chegaram aí perto, ele soube que eles vinham e começou ficar preocupado, então foi reuniu o pessoal. Aí ele (o fazendeiro) veio, com o pessoal dele e ainda trouxe pistoleiro pra fazer medo pro pessoal daqui. Quando chegou abaixo dali que era o limite das terras daqui o meu sogro mandou fazer o pico. E quando o fazendeiro chegou lá o pico já tava feito, aí veio falar com ele, perguntou como é que ele tinha comprado esse terreno, que o terreno era do Faustino, que ele tinha comprado. Aí o meu sogro perguntou do documento, se ele tinha, ele não tinha e o meu sogro tinha o protocolo do INCRA e apresentou e de lá eles não seguiram pra cá, aí foi que a gente ficou nessa área aqui e daqui pra cima ficou protegido. (Antônia de Paiva, setembro de 2019).

Essa fala evidencia que os conflitos gerados na luta pela terra sempre estiveram em pauta, assim os camponeses criaram suas próprias estratégias de defesa. A organização em assentamento se deu principalmente a partir da criação da Associação dos Moradores e Agricultores do Igarapé Ipitinga e Rio Miritipitanga, Alto Acará (AMAIIRIN), fundada em 1996, com objetivo de organizar os moradores na luta por direitos, crédito financeiro, terra, organização da produção, entre outros.

A partir de então, a associação passou a buscar junto aos órgãos competentes, as melhorias sonhadas para o território, sendo a busca pela legalização fundiária seu maior empenho. Todo o território do Ipitinga, assim como os arredores, sempre esteve sob a jurisdição do INCRA, que desde então passou a manter relação com a associação, repassando informações sobre como proceder para buscar a legalização fundiária do território.

Segundo relatos dos entrevistados, a partir do ano de 2008, após reuniões de associados com a presença de representantes do INCRA, foi iniciado o processo de criação do PA Nazaré. Sobre essa questão, Silva (2015, p. 147) aponta que

Na Amazônia, em particular, em razão da existência de um estoque considerável de terras públicas não-destinadas, notadamente a partir do início da década de 2000, o INCRA e os institutos de terras estaduais têm optado pragmaticamente pela criação de assentamentos nessas áreas, o que têm motivado intensos debates acadêmicos sobre o próprio conceito de reforma agrária.

O Projeto de Assentamento Nazaré é fruto dessa política, fundamentado no decreto de número 1.164/71. Vale destacar que esses projetos de assentamentos foram criados nos últimos anos, a partir de uma “ressignificação da reforma agrária na Amazônia” (Silva, 2015, p. 147). Tal resignificação define a destinação de terras para camponeses do seguimento de povos e comunidades tradicionais, e, de acordo com Silva (2015), tem o caráter de uma “reforma agrária preventiva”, ou seja, tal medida concorre para que se obtenha a alteração da concentrada estrutura fundiária regional, uma vez que, ao se afetar uma determinada área para o assentamento de famílias, automaticamente aquele território não mais poderá ser incorporado ao mercado de terras.



É nesse contexto que uma área, antes considerada terra da união, se transforma em assentamento, criando-se assim o PA Nazaré, cuja homologação se deu no ano de 2012, com uma área territorial de 5.136, 6010 ha, que corresponde a cinco mil, cento e trinta e seis hectares, sessenta ares e dez centiares, para um total de 103 famílias (INCRA, 2015). Atualmente, a distribuição geográfica dos lotes se encontra alterada, pois novas famílias já se formaram e procuram adequar-se ao território, redistribuindo-o entre os posseiros.

Tabela 1 – Delimitação e distribuição dos lotes no PA Nazaré

Área do Assentamento Nazaré	No. de famílias assentadas em 2012	No. de famílias em 2019
5.136, 6010ha	83	Nazaré do Alto= 67 Nazaré do Baixo= 95

Fonte: INCRA, 2015.

A abertura de ramais e estradas que ligariam o território do assentamento Nazaré a outros pontos se deu a partir do ano 2000, com a chegada de empresas madeireiras que adentraram as florestas destes espaços. Muitos moradores do igarapé Ipitanga negociaram espécies de madeiras nativas de alto valor comercial existentes em seus lotes para que, em troca, as madeireiras fizessem a abertura de um ramal que ligaria a comunidade ao município de Tomé Açu, mais propriamente à Vila Socorro, distrito de Tomé Açu. A estrada foi feita e passou a ser mais um acesso para a comunidade, mesmo que com outro município, no entanto os rastros de devastação começavam a ser deixados naquele lugar. A exploração madeireira e a derrubada de grandes áreas para se transformarem em pastos nas fazendas passaram a dominar a paisagem ao redor do PA Nazaré. Esse fato rendeu, mais tarde, o cenário propício para a implantação do agronegócio do dendê<sup>6</sup>, consolidando essa região como um grande polo de produção do produto.

## AS TRANSFORMAÇÕES NO USO DA TERRA COM A CHEGADA DO DENDÊ NO VALE DO ACARÁ

No Brasil, os projetos de assentamentos surgem em decorrência das lutas sociais de homens e mulheres que buscam um pedaço de terra para produzir. Silva (2015, p.130) aponta que

No sentido clássico, a criação de assentamentos é o resultado de intervenções na estrutura fundiária, que se dá mediante a conversão de terras privadas – que não cumprem a função social – em áreas reformadas, efetivadas pelo Estado Brasileiro principalmente em razão da intensa mobilização dos sujeitos sociais de luta pela terra.

Na área estudada, porém, a privatização da terra passa a ocorrer quase no mesmo período de criação do assentamento, diferindo do sentido clássico apontado por Silva (2015). Diante disso,

<sup>6</sup> A expressão diz respeito a nova forma de apropriação de terras nos anos 1980, “quando a Agromendes, a Denpasa e o Grupo Agropalma, apoiados pela política de incentivos criada pelo governo estadual e pela Sudam, decidiram implantar megaprojetos na fronteira Acará-Moju-Tailândia” (Silva, 2020, p. 308).

busca-se compreender como se deu tal processo ouvindo os camponeses e analisando a literatura, sobre os quais haverá um aprofundamento adiante.

Nas localidades Nazaré do Alto e Nazaré do Baixo, situadas ao longo do igarapé Ipitinga, o uso e ocupação da terra, desde os primórdios, estiveram ligados à agricultura de subsistência, com o extrativismo vegetal, a caça e a pesca, bem como com a prática do roçado, onde se cultivava diversos tipos de plantios relacionados à sobrevivência e manutenção das famílias, caracterizando um sistema de uso comum dos recursos naturais<sup>7</sup>. Toda a produção se voltava a atender as necessidades essenciais das unidades familiares e o excedente era comercializado para gerar dinheiro, o qual seria utilizado para comprar aquilo que não se produzia ou não se extraía da terra. No entanto, essa exploração dos recursos naturais, que garantiu durante muito tempo a manutenção dos camponeses, não chegou a acarretar danos visíveis ao meio ambiente como os que se expressaram nos últimos anos, segundo relatos dos moradores.

As transformações que, até a década de 1990, ocorreram de forma lenta, foram aceleradas a partir dos anos 2006 e 2007, com a chegada de pessoas ligadas a grandes grupos empresariais, que iniciaram a compra de terras para plantio de dendê, com a promessa de auferir maiores ganhos. Essas agroestratégias, conforme aponta Almeida (2010), sob o auspício de “desenvolvimento sustentável”, tem se estendido por grandes extensões de terra do campo brasileiro, e “tem por objetivo principal estender os tentáculos do grande capital e expandir sua área de domínio” (2010, p. 10). No início ainda houve resistência nas localidades, pois as comunidades já contavam com a AMAIRIN, e haviam iniciado o processo de organização para criar o PA Nazaré, o que de certa forma inibiu o mercado de terras, protegendo-as naquele momento.

Vale destacar que, no idos dos anos 1970, houve uma grande empreitada por parte de fazendeiros para tomar posse de extensas áreas de terra que eram consideradas devolutas. Tinha-se o intuito de expandir a criação de bovinos naquela região, criando um verdadeiro cerco no vale do Acará, especialmente em torno da área onde se localiza o igarapé Ipitinga. Os autores Tancredi et al (2016, p. 2) apontam que “a mesorregião nordeste paraense é a de mais antiga colonização e exploração econômica e, por isso, teve grande parte de sua paisagem natural modificada, devido às atividades agropecuárias nela instaladas”.

Tais atividades renderam mais tarde o cenário propício à implantação do agronegócio do dendê, consolidando essa região como um grande polo de produção desse fruto. Porém, o cerco gerou conflitos entre empresas e os grupos étnicos que aí residem, como os quilombolas e indígenas, além de outras unidades sociais, como os agricultores de base familiar, os quais foram impelidos a restringir

---

<sup>7</sup> Modalidade de ocupação da terra relacionado ao próprio modo de vida como a pesca nos rios e igarapés, as roças, coleta e manejo e implicam o estreitamento de vínculos indispensáveis à reprodução física e social de unidades sociais nessa parte da Amazônia (Almeida, 2004; Silva, 2020).

o uso do território, principalmente as áreas que eram utilizadas para a caça de animais silvestres e serviam para a alimentação das famílias. Desta forma, houve uma ruptura no uso da terra, a qual transformou o modo de vida e o cotidiano das pessoas.

Segundo estudo realizado por Silva (2020, p. 265), os anos 2000 trouxeram consigo “um violento processo de territorialização das empresas do agronegócio do dendê em Acará e municípios vizinhos”, intensificando-se de 2009 até os anos 2014/2015. Tal expansão se constituiu como um evento que reorganizou a paisagem, a configuração espacial, a dinâmica social reeditando em escala local, o que a ação estatal concebe como a vocação agrícola da Amazônia (Nahum; Santos; Santos, 2020).

No Assentamento Nazaré, as transformações no uso da terra aconteceram de forma mais acirrada a partir da chegada do megaempreendimento da empresa Biopalma da Amazônia S/A, em 2008. Houve mudanças na diminuição das áreas de cobertura vegetal nativa (tanto a mata primária quanto a secundária), dando lugar a uma homogeneização da paisagem com predominância de dendezaís, cobrindo extensas áreas, onde antes se viam pastos e criação de bovinos. Também nas áreas em que antes predominavam a agricultura de base familiar, muitos agricultores venderam seus lotes para as empresas do agronegócio de dendê.

Com base no modelo que se instaurou, é possível dizer que as grandes extensões de terras, sob o domínio das empresas de dendê nas cercanias do Assentamento Nazaré e em todo vale do Acará, seguem um método característico desse sistema, pois, conforme explica Almeida (2010, p. 116): “buscam liberar as terras tanto de condicionantes jurídico-formais e político-administrativos quanto de limitações associadas à presença de grupos étnicos ou de determinadas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas”.

Conforme apontam Couto, Sousa e Macedo (2012), as estratégias desenvolvimentistas para a Amazônia até metade do século XX estiveram pautadas por um pensamento exógeno, que nega a diversidade ambiental e sociocultural da região. Tal assertiva se nota empiricamente no relato: “ele botou todo o pessoal de lá e se fizesse roça tinha que plantar o capim pra deixar, porque foi assim que ele fez com a minha mãe. Ela ainda morava lá, mas aí com tudo isso ela saiu da terra e deixou pra lá e ele tomou conta de tudo” (Antônia de Paiva, setembro de 2019).

Foi assim que nessa parte do vale do Acará, diferentes unidades familiares foram expropriadas ou mesmo expulsas, sob alegação de que a terra pertencia a outro “dono” e este, geralmente um fazendeiro, a estaria vendendo para os empreendimentos de dendê. Nesse contexto, os expropriados receberam um valor irrisório como indenização por um patrimônio que levaram a vida inteira para construir e assim foram obrigados a sair da terra.

É notório que, desde que as empresas do agronegócio de dendê aportaram no vale do Acará, todas as comunidades que se localizam ao redor destes empreendimentos vêm enfrentando assédios

diversos, assim como intensas transformações, que se iniciaram com a especulação para a compra de terras, tanto de fazendeiros da região, quanto de agricultores de base familiar. Motivados pela propaganda do lucro, acabaram cedendo aos interesses financeiros destes grupos empresariais, mas perderam, dentre outros, a autonomia alimentar, como sublinha Almeida

As disputas acirradas para liberar aos empreendimentos dos agronegócios todo o estoque de terras passíveis de serem aradas evidenciam, neste sentido o quanto certas regiões estariam correndo o risco de perder autossuficiência alimentar, desagregando a economia agrícola de base familiar, e de importar volumes consideráveis de produtos agrícolas (2010, p. 116).

O excerto acima pode ser empiricamente constatado, como se observa na fala de um dos entrevistados:

A agricultura da localidade também tem mudança, porque muitas pessoas deveriam tá cultivando a terra no trabalho da agricultura familiar, com plantio da mandioca, com plantio da nossa cultura mesmo, como o açaí, por exemplo. Mas a gente vê que muitas pessoas moram na nossa comunidade, mas presta serviço pra empresa, trabalha pra empresa no dendê. Muitos deixaram de trabalhar na terra pra ser empregado da empresa” (Ivanel Dias, em agosto de 2019).

Com base na fala do entrevistado, revela-se outro aspecto da mudança, verificado no tempo que o trabalhador dedica à empresa e no tempo dedicado ao trabalho na unidade familiar. Muitas famílias passaram a ter o tempo contado a partir da lógica da empresa, em que os trabalhadores necessitam acompanhar o ritmo exaustivo do trabalho nos dendezaís, que se inicia pelo sair de madrugada, retornando somente no início da noite. Isso acarreta cansaço físico e problemas de saúde, conforme enfatiza outro entrevistado, que é Agente Comunitário de Saúde (ACS):

Eu, como ACS, eu tenho umas 6 pessoas que estão sofrendo agora por tipo assim, esforço de trabalho, por trabalhar na empresa, né? Porque aí eles inventaram, já trabalhou o seu horário e ter mais a produção, e aí nessa produção ele se mata, porque ele já fez o que o corpo dele garante, mas ele ultrapassa, por isso eles tão já com problema de saúde. (Elene Maria, setembro de 2019).

No início, foi a compra de terras que motivou muitos agricultores a venderem seus lotes, já que o valor ofertado parecia extraordinário para aqueles que nunca haviam conseguido ganhar tanto com o trabalho na lavoura. Porém, com base na pesquisa de campo, verificou-se que a área delimitada e reconhecida como Assentamento Nazaré, configurou-se enquanto uma “área protegida”, ao passo que comunidades fora dos limites do Assentamento foram as que mais sofreram com essas investidas. Assim, muitos moradores venderam seus lotes, deixando o campo para morar na cidade, o que é visivelmente notório na periferia do meio urbano do município de Acará.

Tais fatores, que provocaram um “acaparamento de terras” (Pereira, 2018), colocaram a empresa Biopalma como detentora de milhares de hectares de terra ao longo de toda a região do vale do Acará, aos quais a sociedade local passou a chamar “terras da Biopalma”. A partir de 2011, o cultivo em larga escala do dendê aumentou ainda mais o cerco e alterou a territorialidade local, pois

as extensas áreas de mata e capoeira deram lugar a uma paisagem marcada pela geometria retangular, característica das grandes extensões de cultivo do dendezeiro.

A criação do PA Nazaré como contraponto ao avanço do monopólio da terra

O agronegócio do dendê trouxe em seu pacote a política que insere os agricultores familiares em sua cadeia produtiva. Em áreas de assentamento, essa política foi usada como maneira de convencer os agricultores, terminando por criar uma “monopolização do território” (Almeida, 2010; Gomes; Silva; Macedo, 2016). No caso do Assentamento Nazaré, ocorreram várias tentativas por meio das visitas de técnicos da empresa nas comunidades ou nas reuniões e palestras que esses técnicos realizavam, sempre almejando conquistá-los para o dendê. Apesar das investidas, assentados e assentadas, em sua maioria, não aderiram ao consórcio, e apenas um agricultor mantém o contrato de parceria e cultiva dendê em seu lote.

No assentamento Nazaré, há um modo próprio e campesino de organização e luta pela terra, expressos na forma de uso dos recursos e em seus relatos. Seu modo de vida é voltado para a agricultura de base familiar, verificada no cultivo da mandioca para a produção da farinha, da pimenta do reino, da caça e pesca, assim como na criação animais domésticos. Esse modo vem sofrendo alterações ao longo da passagem dos anos e as mudanças, que até então eram gradativas e lentas, sofreram acelerações por volta do ano de 2009, com a compra de terras, em forma de monopólio, acentuadamente a partir da implementação de um polo da empresa mineradora Vale, adquirido por meio de compra da Biopalma da Amazônia S/A, para extração de óleo de palma, matéria-prima para a produção de biodiesel.

O quadro abaixo ilustra a forma de ocupação e uso da terra no assentamento atualmente, tendo como base o intervalo entre os anos de 2012 e 2019. Para tanto foram selecionados 10 agricultores e 2 agricultoras, identificados no quadro com a primeira letra do nome de cada um/a.

Quadro 1 – Forma de ocupação e uso da terra por agricultores/as do PA Nazaré.

2012 – 2019	Ocupação da terra (ha)*	Uso da terra	Principais razões para cultivar ou não dendê
Agricultor1(D)	50	Dendê =33ha Roça mandioca =3ha Pimental = 2ha Sítio = 1ha Capoeira = 29ha	- O dendê é agricultura diferenciada; - Maior e mais rápido retorno financeiro; - Terra está cansada para cultivo de mandioca.
Agricultora 2 (A)	50	Roça mandioca = 2,5ha Sítio = 2ha Capoeira = 40ha Mata =16ha	- Não se adaptou à proposta de cultivar dendê.
Agricultor 3 (A)	25	Roça mandioca = 2ha Capoeira = 15ha Mata = 5ha Sítio = 2ha Pimental =1ha	Trabalhou na empresa no plantio do dendê, naquela época não tinha tempo e hoje sabe dos malefícios.

Agricultor 4 (R)	25	Roça mandioca = 2ha Sítio = 1,5ha Pimental = 1ha Mata = 0,5ha Capoeirão = 10ha Capoeira fina = 10ha	A idade desse agricultor foi o principal motivo para não plantar dendê e o tamanho do lote.
Agricultor 5 (M)	25	Roça mandioca = 2ha Sítio = 1,5ha Pimental = 0,5ha Capoeira = 6ha Mata = 15ha	Trabalhou na empresa desde o início por cinco anos. Depois que saiu, sente-se melhor, pois pode fazer seu próprio horário.
Agricultor 6 (I)	73	Roça mandioca = 2ha; Pimental = 3,5ha Sítio = 1,5ha Capoeira = 20ha Mata = 46ha	Não se identificou com o dendê. Toda mão de obra teria que se voltar para o dendê e os outros cultivos seriam abandonados.
Agricultor 6 (R)	50	Pimental = 5ha Capoeira = 20ha Mata = 25ha	O dendê só seria viável se a área fosse maior.
Agricultor 7 (J)	25	Pimental = 2,5ha Roça = 2,5ha Sítio = 1ha Mata = 10ha Capoeira = 9ha	No dendê só se planta uma espécie e a família não come dendê. Gosta de plantar várias culturas.
Agricultor 8 (J)	25	Roças = 4ha Sítio = 1ha Capoeirão = 10ha Capoeira fina = 10ha	Não saberia como trabalhar com dendê.
Agricultor 9 (B)	25	Mata = 5ha Roças = 1ha Açaizal = 1ha Sítio = 1ha Capoeirão = 10ha Capoeira fina = 7ha	O terreno é pequeno e o dendê ocupa área muito grande.
Agricultor 10 (M)	25	Roças = 2,5ha Pimental consorciado = 2ha Sítio = 2,5ha Mata = 5ha Capoeirão = 7ha Capoeira fina = 6ha	O terreno é pequeno e o trabalho é muito. Não sobraria tempo para outras atividades.
Agricultora 11 (L)	25	Roças = 4ha Açaí e cupuaçu = 1ha Mata = 10ha Capoeirão = 3ha Capoeira em repouso = 7ha	O dendê daria muito trabalho e acabaria com a terra por causa dos adubos e do veneno.
Agricultor 12 (R)	50	Roças = 2ha Sítio = 2ha Capoeirão = 30ha Capoeira fina = 16ha	O dendê ocupa uma área muito extensa.

\* entrevistados e entrevistadas utilizam a tarefa como unidade de medida, sendo 1 (uma) tarefa equivalente a 50m<sup>2</sup>, conforme seus cálculos.

Fonte: Elaboração das autoras com base na pesquisa de campo.

Perguntados sobre o interesse ou não pelo cultivo do dendê, a decisão da maioria revela a opção pela não adesão ao contrato. Decisão verificada nos esclarecimentos prestados pelas organizações sociais presentes na localidade como associação, STTR e as orientações da igreja católica, que contribuíram para uma tomada de consciência, apesar das promessas sedutoras da parte da empresa. O agricultor que aderiu ao contrato tinha maior lote e explicou que seu interesse se deveu

à busca por uma agricultura diferenciada que lhe rendesse maior retorno financeiro. Este mostrou-se satisfeito com o empreendimento e, embora sua plantação estivesse em fase inicial de produção, já percebia algum retorno financeiro; mas reconheceu as incertezas do futuro, pois ainda não havia vencido o prazo para começar a quitar a dívida com a instituição que financiou o empréstimo.

Contudo, ainda que esses agricultores não tenham aderido ao cultivo de dendê, os efeitos desse tipo de cultura apresentam-se das mais variadas formas no igarapé Ipitinga, o qual banha as comunidades do assentamento e deságua no rio Acará. Os relatos dão conta da importância desse recurso hídrico para a mobilidade das pessoas, mas, com a chegada do grande empreendimento, mudou-se até mesmo a distribuição das casas, que antes eram voltadas para o igarapé, assim como a relação da localidade com a sede do município de Acará, pois o emaranhado de estradas construídas para atender o tráfego dos caminhões que transportam as amêndoas facilitou o acesso, tornando as viagens mais rápidas. Além disso, as estradas interligaram os povoados e comunidades a outros municípios, especialmente ao município de Tomé Açu, distante cerca de 45km da localidade, mas cuja infraestrutura tem atraído os munícipes do Acará.

Como fruto dessa nova dinâmica, as relações econômicas com os bancos e a busca por serviços públicos, dentre outros, tornaram-se mais frequentes e estreitas com Tomé Açu, precisamente o distrito de Quatro Bocas, no município mencionado, diminuindo, assim, a relação dos moradores com o próprio município, como se percebe no relato de um entrevistado:

Ultimamente, a gente tá dividindo o espaço da nossa agricultura com outro município [...]. O acesso pra gente chegar em Quatro Bocas é muito mais fácil do que chegar pro Acará que tem que passar lá na balsa e quem vai pra Tomé Açu, Quatro Bocas não tem essa necessidade de passar pela balsa, que não tem rio e vai direto. Até porque o produto da gente é mais bem aceito no município vizinho do que no nosso que o mercado para alguns produtos é muito mais baixo, como pra pimenta do reino por exemplo, então a gente sempre procura o que melhor pra gente né. Isso ajuda a vida do agricultor e acaba atrasando o nosso município do Acará. (Ivanel Costa, setembro de 2019).

Como se denota no trecho acima, não é só a facilidade de acesso a ser considerada na relação dos agricultores, moradores do assentamento com o outro município, as condições econômicas oferecidas também têm facilitado a busca por melhorias na condição de vida. É preciso dizer que a “balsa” mencionada pelo entrevistado pertence à empresa do dendê, a qual estipula os horários de travessia no rio Acará, limitando o acesso dos moradores do assentamento e áreas adjacentes à cidade de Acará, onde deveriam comercializar seus produtos, uma vez que a distância é menor em relação a Tomé Açu.

A forma de uso comum dá lugar ao assalariamento

O sistema de uso dos recursos no território do assentamento Nazaré, durante muito tempo, se estabeleceu pelo uso dos recursos florestais e hídricos, que são os igarapés e uma agricultura de base

familiar. Esse modo de viver deu lugar a um novo modelo marcado pela lógica do capital, em que os agricultores se viram tentados a buscar novos horizontes, influenciados pela promessa de empregos e geração de renda, suprimindo a cultura local.

Ao buscar o assalariamento como fonte de renda, muitas famílias perderam o vínculo com a terra e com a agricultura, que deixou de ser a atividade principal e passou a ser secundária ou, em muitos casos, deixou de ser praticada. Esse evento trouxe novas expectativas, haja vista que os camponeses se percebiam abandonados pelo poder público e esperavam ansiosamente por melhorias. Porém, assalariar-se na empresa levou ao abandono dos plantios nas roças, onde antes eram produzidos os cultivos alimentares. Com o passar do tempo, todavia, muitos destes trabalhadores assalariados foram dispensados e encontraram dificuldades de readaptação, como expressa um entrevistado:

Enquanto eu trabalhava lá (na empresa) eu deixei de trabalhar no meu serviço, porque a gente saía das quatro horas da manhã e chegava das cinco, cinco e meia em diante, né? Então isso foi uma dificuldade muito grande que eu enfrentei quando saí de lá, que eu tive que comprar farinha[...], foi praticamente dois anos, foi enquanto eu vim fazer a minha roça, eu vim cuidar da roça, ela amadureceu pra mim poder começar tirar. (Adalberto Dias, setembro de 2019)

Outro entrevistado acrescenta:

Quando eles implantaram essa empresa aí, que eles chegaram com esse projeto, eles diziam que ia beneficiar muito os moradores daqui. Sendo que beneficiou para aqueles que se empregaram lá, como eu, mas só que ninguém pensava que ia chegar esse ponto de causar tudo isso que tá acontecendo, né? principalmente ao nosso igarapé. (Antônio da Trindade, setembro de 2019)

Apesar da propaganda quanto ao cultivo do dendê ser uma cultura “ecologicamente correta”, por utilizar áreas degradadas e contribuir para diminuição do efeito estufa, concretamente percebe-se que ele tem ocasionado impactos locais, como expressam os entrevistados, especialmente quanto aos recursos hídricos, pois os efluentes produzidos na prensagem dos frutos do dendezeiro, ao qual os moradores denominam “tibórnia”, são lançados em grande quantidade, diariamente, dos dendezais para os igarapés. Esses rejeitos sofrem o processo de lixiviação e acabam encontrando os muitos igarapés que banham a região, ocasionando mudança na coloração da água, mal cheiro, morte de peixes e outros animais, impedindo o seu uso.



Figura 3 – Igarapé com tiborna em área próximo ao PA Nazaré



Fotografias: Elielson P. Silva, agosto de 2019.

Os moradores também se queixam do aparecimento de insetos que não eram comuns antes do evento do dendê. Trata-se da presença constante de moscas e mosquitos em quantidades que chegam a incomodar as pessoas e os animais domésticos, e já causaram prejuízos aos agricultores, que em alguns casos perderam a produção de farinha de mandioca em decorrência da ação desses insetos. Um dos entrevistados comenta: “as moscas, nós tinha época, era uma vez por ano no período da safra das frutas que ninguém vencida e apodrecia, aí aparecia mosca, mas agora é direto, não parou mais” (João Trindade, agosto de 2019).

#### A mudança dos referenciais com a construção dos ramais

Os trechos que margeiam o igarapé Ipitinga, à primeira vista, parecem labirintos com seus percursos intrincados, de modo a não facilitar a vida daqueles que se atrevem a passar por eles; todavia, seguem o mesmo curso dos diversos “braços”: os pequenos igarapés, como Arumã, Bacuri, Inferninho, Itabocal, Taquariteua, dentre outros que compõem a bacia do Ipitinga, a principal referência no assentamento. Os entrevistados apontam como era o igarapé Ipitinga no passado, como se destaca no trecho de entrevista:

Nosso igarapé Ipitinga, servia para nós escoar nossa produção, chegar até na cidade. Muitas pessoas morreram em viagem aí, porque não dava tempo pra chegar até no médico na cidade. [...] Ele servia para gente tomar banho, beber a água, lavar roupa, fazer tudo, e basicamente hoje, por causa de muito impacto, né? ambiental, ele tá praticamente morto, mas mesmo assim ele não deixa de ser igarapé (Odinildo Paiva Costa, agosto de 2019).

Mas se antes o Ipitinga determinava o ir e vir, hoje, com a chegada das estradas, ramais e plantações de dendê, encontra-se inavegável em quase toda sua extensão, concentrando-se mais a jusante, no trecho onde se encontra comunidade Nazaré do Baixo. O agronegócio do dendê, que

trouxe consigo uma estrutura própria, com abertura de malha viária para ligar as fazendas, agora transformadas em extensos dendezaís, modificou a relação com a terra e com os igarapés. Uns foram aterrados, outros, de tanto receberem derramamento de efluentes de dendê por parte das empresas, tornaram-se “igarapés mortos”, florestas foram cortadas, e o espaço-temporal passou a se mostrar homogeneizado pela monocultura. Poder-se-ia dizer que os “braços” de igarapés, hoje, são *caminhos condenados*, como na situação narrada por Ojeda *et al* (2016) sobre as contradições do pós conflito, do acesso aos recursos naturais e dos efeitos da dendeicultura em Montes de María, no Caribe colombiano.

As moradias, antes construídas tendo como referência o igarapé Ipitinga, atualmente se voltam para os ramais, até a igreja da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Baixo, após recente reforma, teve sua planta modificada: sua entrada principal foi transferida para o ramal. Esse acontecimento gerou desconforto entre os fiéis, mas o fato é que o Ipitinga tem sido cada vez menos utilizado e encontra-se em intenso processo de assoreamento, recebendo maior fluxo apenas no período das chuvas, nos primeiros meses do ano, que corresponde ao inverno amazônico.

A monocultura que se estende nos arredores do PA Nazaré vai na contramão da cultura agrícola da unidade social em relação ao uso da terra. Relação esta que se percebe quebrada com o avanço do grande capital, que alardeia o desenvolvimento como qualidade de vida, porém carrega em seu bojo todos os artefatos de uma cultura perversa que, ao longo de sua territorialização no vale do Acará, deixou rastros de destruição, os quais, parafraseando a conhecida obra de Eduardo Galeano, culminaram em *veias abertas* pelo dendê.

Por outro lado, a resistência das diversas unidades sociais, como quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e agricultores de base familiar nesta região, afirma a luta pela permanência na terra, mesmo que suas ações sejam constrangidas pelas condições impostas pelas empresas com suas “vantagens locacionais” (Acserald e Bezerra, 2010), que ao imputarem suas condições no território, tornam-se “quase sujeitos das políticas de regulação” (2010, p.181). A assertiva se torna evidente no estudo realizado acerca do Assentamento Nazaré diante das transformações aqui expostas e tantas outras que estão nas entrelinhas das falas dos moradores entrevistados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar as transformações socioambientais que vêm ocorrendo no assentamento Nazaré, município de Acará, nordeste paraense, especificamente o igarapé Ipitinga, que corta toda a extensão do assentamento e tem sido alvo do derramamento de efluentes da agroindústria de dendê. Pondera-se que a pesquisa apresentou apenas alguns aspectos referentes à temática e que há muito a ser explorado, pois a situação concreta quanto aos efeitos do

monocultivo de dendê tem relação direta com a questão agrária e fundiária, que afetam o curso da vida no vale do Acará.

Todavia, dentro das limitações inerentes ao trabalho, foi possível identificar essas transformações na forma de uso da terra, dos igarapés, tanto os que estão dentro do assentamento, quanto os que estão em seu entorno, onde predomina o cultivo de dendezeiro com sua peculiar forma geométrica, como veias que foram e continuam sendo abertas pela prática da plantação em larga escala nessa parte da Amazônia, o que têm alterado clara e intensamente, a dinâmica social com a terra e demais recursos naturais.

Essa cultura que corresponde à base do agronegócio, é exógena ao meio físico e socioespacial do vale do Acará e tem usurpado as “terras tradicionalmente ocupadas”. No tocante ao termo, convém fazer referência a esta figura que, dado o processo de territorialização em curso, no vale do Acará, passa a existir no domínio da vida social concreta, posto que objetivada em movimento social e não em sentido historicista de tempos imemoriais (Almeida, 2004). Todavia são essas terras que estão na mira das políticas estatais, muitas vezes “apagadas” dos mapas ditos “oficiais”, para surgirem em documentos de suspeição jurídica e que mesmo assim tem favorecido somente o mercado de terras nessa região, mediante intimidação, coação, violência e fraudes cartoriais (Silva, 2020).

A temática apresentada neste trabalho encontra-se entre as mais atuais no contexto amazônico, fazendo-se necessário tecer discussões e aprofundamentos, para compreender as situações concretas e as reais transformações, e, assim, tornar visível os verdadeiros afetados, homens e mulheres agricultores/as de pequena escala, que, na contramão da grande empresa, seguem sem acesso aos seus direitos territoriais.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; BEZERRA, G das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. B. et al (org.). *Capitalismo globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-209.

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. *Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos*. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e Desterritorialização: Direitos Territoriais na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). *Capitalismo globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, 1, p. 9-32, maio 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>.

COUTO, A. C. O; SOUZA, R. B; MACEDO, C. O. A fronteira do dendê na Amazônia; o caso do nordeste paraense. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária (21.: 2012: Uberlândia, MG). Anais / XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária; organização de João Cleps Júnior ... [et al.].

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GOMES, D. L.; SILVA, F. C.; MACEDO, C. O. Expansão territorial do dendê e resistência camponesa no nordeste paraense. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 17, n. 57, p. 191-200, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG175713>.

HÉBETTE, J. Que Amazônia foi construída nos últimos 25 anos? In: HÉBETTE, J. (Org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. V. IV. Belém: EDUFPA, 2004, p.165-180.

IORIS, A. A. R. Da Foz às nascentes: Análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: ALMEIDA, A. W. B. et al (org.). *Capitalismo globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina. 2010. p. 211-255.

MARIN, R. E. A. Camponeses, donos de engenho e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *Papers do NAEA*. Belém out.2000. 153, p.4-26.

MARIN, R. E. A.; NOVAES, J. S. Danos sociais e ambientais pela exploração mineral em Barcarena. In: MARIN, R. E. A. (org.). *Povos Tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e no Pará*. Manaus: UEA Edições, 2015. p. 139-172.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 3 ago. 2022.

NAHUM, J. S.; SANTOS, L. de S; SANTOS, C. B. dos. FORMAÇÃO DA DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Mercator*, Fortaleza, v. 19, abr. 2020. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19007>. Acesso em: 17 ago. 2022.

OJEDA, D; GUERRA, P; AGUIRRE, C; DIAZ, H. *Caminos condenados*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, Laguna Libros, eLibros, 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Rev. Estudos Avançados* v. 15, n. 43, 2001, p. 185-206. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831> Acesso: 02 ago. 2021.

PEREIRA, L. I. O jeitinho estrangeiro: as estratégias do capital internacional para o controle do território no Brasil. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 19, n. 1. <https://doi.org/10.33026/peg.v19i1.5729>

RAMOS, G. O; TANCREDI, N. S. H; TAMASAUSKAS, C. E. P; OLIVEIRA, M. G. S. S. Análise Multitemporal da Expansão da Dendeicultura nas Sub-bacias Acará Mirim e Miriti-Pitanga, no Nordeste Paraense. In: *Anais do II Congresso Amazônico de Meio Ambiente e Energias Renováveis*. Anais... Recife (PE) UFRA Campus Belém-PA, 2016. <http://www.even3.com.br/anais/camaer2016>. Acesso: 17/08/2022.

RIBEIRO, R. H. C. *Impactos Sócio Ambientais de produção de palma de dendê na Amazônia Paraense: uso de agrotóxicos e poluição ambiental nas sub bacias hidrográficas Tailândia (PA)*. 2018. 106f. Dissertação (Mestrado-PPGEDAM) – Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositório.ufpa.br/jspui/handle/2011/10316>. Acesso em: 17 set.2019.

SILVA, E. P. *Agroestratégias e Monocultivos de dendê: A transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense*. 2015. 241f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SILVA, E. P. da. *Necrosaber e regimes de verificação: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia*. 2020. 379f. Tese (doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2020.